

RECEP GM/MJ  
02/018/96.2  
01  
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700  
l-oo  
da

DI.  
SIAPRO  
LC/CE56/MJ  
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)  
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

# Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO  
DA DE BELEM, 108  
Juiz de Direito  
MARIO LONGMAN  
Escolas  
MARIO LONGMAN  
da substituição  
FATIMA VIEIRA  
do substituído

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado Pernambuco  
Distrito, Ener...  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
Distrito, Ener...  
uma Zona Judiciária, em virt...  
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica  
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:  
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420  
70064-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260  
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

#### Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007  
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Depois de solto, Ary decidiu se mudar para São Paulo com a namorada, Eliane Cunha, filha de José Gay Cunha, militante brasileiro que lutou ao lado dos republicanos na Guerra Civil Espanhola. Ary não se ajustou à vida clandestina em São Paulo e retornou a Porto Alegre. Em 28 de agosto de 1969, foi condenado à revelia à pena de 6 meses de reclusão.

Com o retorno de Ary a Porto Alegre, seu pai, Arcy Cattani da Rosa, engenheiro hidráulico, professor na Universidade Federal, que se opunha fortemente à participação do filho nas atividades estudantis, resolveu interná-lo na clínica psiquiátrica de um parente. Permaneceu entre 02/09/69 e 01/09/1970 no Sanatório São José, sendo submetido a tratamento farmacológico e psicoterapia de apoio. Transferido no dia seguinte para o hospital da Base Aérea de Canoas, por interferência do pai, veio a falecer quase dois meses depois. Teria cometido suicídio seccionando os vasos do antebraço.

Como prova de que Ary teria se suicidado por ser "doente mental", conforme sustentava o procurador da Justiça Militar, foi anexado ao IPM cópia de ficha médica arquivada no Sanatório, onde o médico psiquiatra José A. Godoy Gavioli diagnosticara reação esquizoparanóide, dizendo que, em função de sua inadequação ao ambiente familiar, Ary tivera abalos psíquicos. Eis as palavras do psiquiatra: "*Passou a apresentar idéias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com os princípios esquerdistas, socialismo, e mesmo comunismo. Deixou crescer a barba e cabelo como 'um protesto ao mundo capitalista'. Foi atendido em domicílio, já que se negava a sair de casa para entrevistas no consultório e a abordagem para sua hospitalização naquela oportunidade tornou-se impraticável. Atualmente recidivam alguns aspectos do quadro acima relatado, embora em menor intensidade e tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide, por em prática certos aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente*".

O inquérito formalmente instalado para investigar o suicídio foi desenvolvido com tanta superficialidade que nem sequer menciona qual objeto teria sido usado por Ary para cortar as próprias veias. Com as novas informações trazidas após a solicitação de vistas, o processo recebeu voto favorável também do relator, general Osvaldo Pereira Gomes, sendo o deferimento uma decisão unânime na CEMDP.



### EDSON NEVES QUARESMA (1939-1970)

Número do processo: 222/96

Filiação: Josefa Miranda Neves e Raimundo Agostinho Quaresma

Data e local de nascimento: 11/12/1939, Apodi (RN)

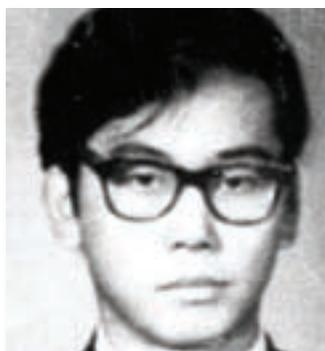
Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/12/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 30/01/1997 por 4x3 (votos contra do general Osvaldo Pereira Gomes, Paulo Gustavo Gonet Branco e João Grandino Rodas)

Data da publicação no DOU: 18/02/1997



### YOSHITANE FUJIMORI (1944-1970)

Número do processo: 325/96

Filiação: Harue Fujimore e Tadakazu Fujimori

Data e local de nascimento: 19/05/1944, Mirandópolis (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/12/1970, São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 30/01/1997 por 6x1 (voto contrário do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 18/02/1997

No dia 05/12/1970, Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fujimori, militantes da VPR, trafegavam de carro pela Praça Santa Rita de Cássia, na capital paulista, quando foram interceptados por uma patrulha do DOI-CODI/SP. Os fatos foram relatados à CEMDP por Ivan Akselrud de Seixas, que por sua vez colheu depoimento, na época, de um motorista de táxi que presenciara o ocorrido. O taxista descreveu, detalhadamente, que Fujimori caiu no meio da praça e Quaresma numa rua de acesso, sendo carregado por dois policiais e agredido na Praça até a morte. Fujimori chegou com vida ao DOI-CODI/SP, fato declarado a Ivan pelos policiais Dirceu Gravina e "Oberdan" durante seu interrogatório naquela unidade de repressão política, em 1971.

Nascido em Itaú, que naquela época pertencia ao município de Apodi (RN), Quaresma era afro-descendente e estudou até a quinta série do curso primário em Natal. Em 1958, ingressou na Escola de Aprendizes de Marinheiros, em Recife (PE), da qual saiu como grumete em 1959. Logo em seguida, foi deslocado para o Rio de Janeiro, tendo servido no cruzador Tamandaré. Foi tesoureiro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Após a deposição de João Goulart, ficou preso na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, durante um ano e dois meses. Em 31/12/1964 foi expulso da Armada. A partir de 1965, passou a atuar na clandestinidade, vinculado ao MNR, Viajou para Cuba e lá recebeu treinamento de guerrilha. Teria regressado ao Brasil em julho de 1970, já integrado à VPR.

Quaresma mantinha estreita ligação com o agente infiltrado cabo Anselmo. Depoimento prestado pelo cabo ao DOPS, localizado nos arquivos secretos desse departamento policial, explica que Quaresma tinha retornado de Cuba ao Brasil com a missão de preparar a chegada de próprio Anselmo. No voto da relatora do processo junto à CEMDP existem referências à possibilidade de que a eliminação sumária desses dois militantes, de elevada importância na estrutura da VPR, tenha nexos com a necessidade de manter sob sigilo a atuação infiltrada do cabo Anselmo.

Natural de Mirandópolis, interior paulista, Fujimori era técnico em eletrônica e, nas atividades da VPR, os órgãos de segurança já sabiam de sua estreita ligação com Carlos Lamarca, que nessa altura do calendário era considerado o inimigo número 1 do regime militar. Fujimori foi um dos militantes que acompanharam Lamarca no rompimento do cerco imposto a uma área de treinamento da VPR no Vale do Ribeira, em São Paulo, no primeiro semestre daquele ano e um dos acusados de executar a coronhada o tenente da PM paulista Alberto Mendes Junior.

Ambos foram sepultados como indigentes no Cemitério de Vila Formosa, Quaresma, sob nome falso. Os laudos de necropsia foram assinados por Harry Shibata e Armando Canger Rodrigues. A solicitação de exame necroscópico de Quaresma foi feita pelo delegado do DOPS Alcides Cintra Bueno Filho e registra que o corpo deveria ser fotografado de frente e perfil. Mas não foram encontradas fotos de seu corpo, que deu entrada no IML quatro horas depois do suposto horário da morte. O laudo registra que uma das cinco balas encontradas em seu corpo atingiu as costas e as outras quatro foram disparadas na cabeça, uma na região auricular direita. A relatora argumentou, em seu parecer, que era praticamente impossível uma pessoa morrer em tiroteio com quatro tiros na cabeça.

A CEMDP encaminhou os documentos relativos à morte de Fujimori para laudo do perito Celso Nenevê, que produziu a prova mais importante utilizada pela relatora. Analisando a trajetória dos tiros, o perito concluiu que três dos quatro projéteis que penetraram na face direita foram dados com o corpo de Fujimori em posição inferior, ou seja, caído ou deitado. Por maioria de votos, a CEMDP considerou que Edson e Yoshitane foram executados sob a guarda do Estado. Os processos foram relatados em conjunto, mas as discussões foram feitas em separado, resultando em votações diferenciadas.



### **EDUARDO COLLEN LEITE (1945-1970)**

Número do processo: 008/96

Filiação: Maria Aparecida Leite e Alberto Collen Leite

Data e local de nascimento: 28/08/1945, Campo Belo (MG)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 08/12/1970, São Sebastião (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 18/01/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/01/1996